

Nos termos e para efeitos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), preparámos o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da **Beja Corretores de Seguros, Lda** referentes ao período findo em 31/12/2025.

1. Caracterização da Entidade

A **Beja Corretores de Seguros, Lda** (a Entidade), é uma sociedade comercial por quotas, que foi constituída em 05 de abril de 1995, sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 503399442, com sede Rua Nicolau Coelho, n.º 6, 2735-141 Agualva-Cacém, Agualva-Cacém, com o capital social de 100.258,38 (Cem, duzentos e cinquenta e oito euros e trinta e oito cêntimos) euros e CAE principal 66220 – Atividades de mediadores de seguros.

O objeto social da Entidade consiste em corretagem de seguros.

Não tendo a Entidade quaisquer sucursais.

Não tendo a Entidade quaisquer participações sociais próprias.

2. Estrutura

A Entidade encontra-se sujeita às disposições da lei vigente em Portugal, tendo os seguintes órgãos: Assembleia Geral e Revisor Oficial de Contas.

A gestão da Sociedade cabe ao Órgão de Gestão, compete-lhe gerir a atividade da Entidade em conformidade com as disposições legais aplicáveis, designadamente as constantes do Código das Sociedades Comerciais, bem como com as deliberações dos sócios.

Nos termos do CSC, informamos que não foi concedido nenhum empréstimo ou crédito ao Órgão de Gestão, nem foi efetuado nenhum pagamento por conta, bem como também não foram prestadas garantias a obrigações por eles contraídas, nem foram adiantadas remunerações superiores a um mês.

Os Encarregados de Governação não são, nem foram, titulares de participações sociais e ou de obrigações da Entidade ou de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo.

A estrutura dos Encarregados de Governação da Entidade é atualmente composta da seguinte forma:



RELATÓRIO DE GESTÃO

BEJA CORRETORES DE SEGUROS, LDA

31/12/2025

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Ricardo Jorge do Nascimento Beja

Gerência

Ricardo Jorge do nascimento Beja

Manuel Fernando da Piedade Beja

Revisor Oficial de Contas

Domingos Fernandes Cascais, em representação de Salvador, Cascais, Gloria & Associado, SROC Lda

3. Enquadramento macroeconómico

O Mundo

Do ponto de vista económico, o ano de 2025 foi um período de crescimento estável, mas contido, após uma fase de choques inflacionistas e de reconfiguração do comércio.

A conjuntura internacional foi profundamente influenciada pelo primeiro ano de governação de Donald Trump, que introduziu novos focos de incerteza económica e comercial. As orientações iniciais da nova administração norte americana contribuíram para um ambiente internacional mais volátil e disruptivo, reforçando a perceção de que o mundo atravessa uma transição para uma nova ordem global.

A publicação World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), de janeiro de 2026, descreve uma economia global surpreendentemente resiliente, apesar de enfrentar forças divergentes. Entre estas, mantiveram-se fatores de instabilidade externos, como a continuação da guerra na Ucrânia, sem sinais claros de resolução, e a intensificação das tensões no Médio Oriente, em particular envolvendo Gaza, Israel e Irão. Estes desenvolvimentos contribuíram para riscos ascendentes ao nível energético, comercial e financeiro.

No plano dos preços, a desinflação avançou e, em várias economias desenvolvidas, os bancos centrais puderam abrandar o ciclo restritivo. Ainda assim, o FMI nota que a inflação pode revelar-se mais persistente em alguns países e que a subida anterior de tarifas e a incerteza de políticas continuam a moldar o quadro macroeconómico. O impulso de investimento ligado à Inteligência Artificial (IA) deverá ser também um fator novo a monitorizar, com potenciais ganhos de produtividade, mas também risco de correção de mercado.

Relativamente ao mercado de trabalho, a International Labour Organization (ILO) estimou, para 2025, uma taxa de desemprego global de 4,9%, sem alteração relativamente a 2024, mas identificou uma estagnação na qualidade do emprego e uma recuperação incompleta dos salários reais face ao choque inflacionista, bem como, desigualdades persistentes, sobretudo para jovens e mulheres.

Portugal

O Banco de Portugal projeta para 2025 um crescimento do PIB de 2,0%, acelerando depois em 2026 com apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e da melhoria das condições financeiras.

O consumo das famílias continua a beneficiar da desaceleração da inflação, de ganhos no rendimento disponível e da descida gradual das taxas de juro. A OCDE e a Comissão Europeia (CE) antecipam que esta normalização sustente 2025. O consumo público mantém um contributo positivo, também alavancado por fundos europeus e execução de investimento público.

Em 2025, algumas empresas portuguesas beneficiaram de condições de financiamento mais favoráveis e do impulso proporcionado pela execução do PRR, relativamente a anos anteriores.

O PRR tem impulsionado a economia portuguesa ao dinamizar o investimento privado, através de instrumentos de capitalização e apoio à inovação, reforçando o tecido produtivo nacional. Estes mecanismos têm tido impacto direto na produtividade e na estrutura empresarial, contribuindo para melhores resultados macroeconómicos. Simultaneamente, o PRR tem aumentado o investimento público, apoiando a recuperação económica pós pandemia, sobretudo entre 2022 e 2024.

Segundo a OCDE, as exportações portuguesas mantêm bons níveis de desempenho. Existe, no entanto, um elevado grau de incerteza em relação ao futuro face à crescente instabilidade do contexto internacional e à forte exposição de alguns setores ao mercado dos EUA. No entanto, quando analisamos o seu impacto no PIB, o cenário não é tão positivo, uma vez que o peso das exportações de 46,5%, em 2024, diminuiu para 44,4%, no primeiro semestre de 2025.

Adicionalmente, segundo a análise da Associação Empresarial de Portugal (AEP), o crescimento registado nos primeiros nove meses do ano foi influenciado fortemente pela antecipação de encomendas de clientes europeus, motivada por uma expectativa de condições internacionais adversas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), na divulgação de 10 de dezembro de 2025, referente a outubro de 2025, as importações de bens diminuíram 3,0% em termos homólogos.

De acordo com o Banco de Portugal, registou-se um crescimento do emprego de 1,9% na primeira metade de



2025. O maior crescimento da atividade económica e do emprego foi registado no sector dos serviços, uma área da económica aparentemente menos volátil.

Outro setor de revelante na economia portuguesa é o da habitação. Este mercado não aparenta estar a ser penalizado pelo atual contexto de incerteza. A procura alta e a diminuição das taxas de juro, traduziram-se num crescimento de 17%, na primeira metade de 2025, face ao período homólogo, com o número de transações de imóveis a subir 20%.

Esta subida acentuada dos preços segue uma tendência que já se vinha a registar há alguns anos, mas que foi acelerada por medidas adotadas pelo Governo, em anos anteriores, de apoio à compra através de isenções de pagamentos de impostos e garantias bancárias.

A procura interna continua a sustentar o crescimento do PIB. O aumento dos salários e o suplemento extraordinário de pensões pago em setembro, bem como, as reduções das taxas de IRS, conduziram a um aumento do rendimento disponível, que terá sido um fator importante no nível de consumo interno.

A rentabilidade das empresas manteve-se estável ao longo de 2025, encontrando-se no terceiro trimestre de 2025 nos 9,2%, um valor em linha com o período homólogo de 2024.

O Governo estima, na sua previsão oficial, uma dívida pública para 2025 de 90,2% do PIB, um valor menor face aos 93,6% atingidos em 2024, segundo os dados do INE.

Sector

O setor dos seguros assume um papel relevante no enquadramento macroeconómico, contribuindo para a estabilidade financeira e para a mitigação de riscos na economia. Em Portugal, este setor tem demonstrado resiliência, ainda que condicionado por fatores como a evolução das taxas de juro, a inflação e o contexto económico internacional. O aumento das taxas de juro, em particular, tem impacto direto na rentabilidade das carteiras das seguradoras, ao mesmo tempo que influencia a procura por determinados produtos financeiros e de proteção.

Adicionalmente, a crescente digitalização e inovação tecnológica têm vindo a transformar o setor, promovendo maior eficiência operacional e novas formas de interação com os clientes. No segmento da mediação e corretagem de seguros, verifica-se uma crescente exigência por parte dos consumidores, que valorizam soluções personalizadas e aconselhamento especializado.

Por outro lado, fatores como o envelhecimento da população, as alterações climáticas e a maior consciencialização para a gestão de riscos continuam a impulsionar a procura por seguros, criando oportunidades de crescimento sustentado no setor.

4. Principais indicadores

Com referência ao período findo em 31/12/2025 e respetivo, somos a apresentar os principais indicadores:

<i>Indicador</i>	<i>2025</i>	<i>2024</i>
<i>Ativo</i>	149.508,08 euros	494.574,97 euros
<i>Capital próprio</i>	126.413,92 euros	471.226,22 euros
<i>Volume de negócios</i>	306.934,49 euros	292.379,17 euros
<i>EBITDA</i>	13.779,37 euros	60.567,98 euros
<i>Resultado líquido do período</i>	1.159,43 euros	41.898,69 euros
<i>N.º de trabalhadores</i>	4	4
<i>Autonomia financeira</i>	84,55 %	95,28 %

5. Principais acontecimentos da atividade da Entidade

No período de 2025 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa.

De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 306.934,49 euros, representando uma variação de 4,98% relativamente ao ano anterior.

6. Gestão de riscos e controlo interno

O Órgão de Gestão da Entidade têm atribuído crescente importância ao desenvolvimento e melhoria contínua dos sistemas internos de controlo e de gestão do risco, nos aspetos estratégicos, operacionais, financeiros e

de conformidade, com impacto relevante nas atividades da Entidade e na respetiva divulgação de informação financeira.

No âmbito da sua atividade, a Entidade encontra-se exposta a diferentes tipologias de risco, os quais podem ser agrupados em riscos financeiros e riscos específicos da atividade de mediação de seguros.

As principais exposições da Entidade ao risco como resultado da utilização de instrumentos financeiros são as seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juro; e
- Risco de liquidez.

A Entidade desenvolve diversas atividades de monitorização dos riscos, nomeadamente:

- Ao nível do risco de crédito, os valores a receber dos clientes, que concerne à atividade operacional;
- Ao nível do risco da taxa de juro, existe o cuidado de procurar selecionar taxas fixas de modo a eliminar o risco resultante de flutuações do mercado;
- Ao nível de liquidez, são efetuadas projeções de tesouraria que têm por objetivo auxiliar no planeamento da estratégia de financiamento de curto e médio prazo.

Atendendo à natureza da sua atividade enquanto mediador de seguros, a Entidade encontra-se ainda exposta aos seguintes riscos:

- Risco de conformidade, associado ao cumprimento das obrigações legais e regulamentares aplicáveis;
- Risco operacional, relacionado com eventuais falhas nos processos internos, nomeadamente ao nível da gestão de apólices e acompanhamento de sinistros; e
- Risco reputacional, associado à perceção dos clientes quanto à qualidade do serviço prestado.

A implementação do sistema de controlo interno e o seu respetivo acompanhamento é efetuado pelo Órgão de Gestão.

A Entidade desenvolve diversas atividades de monitorização do controlo interno, alinhadas com as recomendações e melhores práticas, tanto a nível nacional como internacional, no âmbito das quais avalia permanentemente a adequação dos controlos à cobertura dos riscos que estes pretendem mitigar, bem como avalia a sua operacionalidade e efetividade.



7. Factos relevantes

A 24/09/2025 o sócio Manuel Fernando da Piedade Beja cedeu a sua quota no valor de 51.131,77 euros (cinquenta e um mil, cento e trinta e um euros e setenta e sete cêntimos) a Ricardo Jorge do Nascimento Beja, tendo este ficado titular de duas quotas, uma quota no valor de 51.131,77 euros (cinquenta e um mil, cento e trinta e um euros e setenta e sete cêntimos) e outra quota no valor de 49.126,61 euros (quarenta e nove mil, cento e vinte e seis euros e sessenta e um cêntimos).

8. Factos ocorridos após o encerramento do período

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Órgão de Gestão na data de hoje, não existindo eventos subsequentes relevantes ajustáveis ou que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras com referência a 31/12/2025.

9. Perspetivas futuras

O Órgão de Gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, considerando o plano de negócios previsto para a Entidade, o Órgão de Gestão concluiu durante o período de 2026 prevê-se que a Entidade irá manter a sua atividade, não se prevendo alterações significativas no modelo de negócio.

10. Situação perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social

O Órgão de Gestão informa que a Entidade não apresenta dívida em mora à Autoridade Tributária e que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

11. Proposta de aplicação de resultados

O Órgão de Gestão propõe que o resultado líquido positivo de 1.159,43 euros (mil, cento e cinquenta e nove euros e quarenta e três cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados Transitados: 1.159,43 euros

12. Considerações finais

O Órgão de Gestão manifesta o seu agradecimento à cooperação recebida de todos os *stakeholders*.

Cacém, 27 de março de 2026



Órgão de Gestão